

Revista

Socialismo & Liberdade

Edição Dezembro de 2022

Entrevista

GUILHERME BOULOS

Líder do MTST, o deputado eleito mais votado da história da esquerda brasileira analisa a conjuntura nacional após vitória de Lula sobre Bolsonaro nas urnas

Pesquisa

REVOGAÇÃO!

Para derrotar método institucional de destruição do país imposto por Bolsonaro, FLCMF e Rosa Luxemburgo levantam medidas a serem revogadas nos primeiros dias de governo. Confira!



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco FLCMF
Dezembro de 2022

Presidenta da FLCMF
Natália Szermeta

Diretor Financeiro da FLCMF
Stenio Matheus de Moraes

Diretora Técnica da FLCMF
Sara Azevedo

Conselho Curador da FLCMF
Luiz Araújo - Presidente
Aurea Augusta
Zeneide Nazaré
Haroldo Sabóia
Mário Azeredo
Marcelo Badaró
Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF
Alexandre Varela - Presidente
Miguel de Carvalho
Leandro Tavares

Revista Socialismo e Liberdade

Editor-Chefe
Yuri Silva

Sub-editor
Fernando Silva 'Tostão'

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Severino Souto Alves
Wendell Cristiano

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Organização
Mariana Le Mener
Felipe Trindade

Revisão
Philippe Scerb

Secretariado
Rute Barbosa

Foto da capa: Leandro Paiva

SUMÁRIO

Economia	A fome é uma escolha política	04
Mundo	Após as eleições, dentro do pós-fascismo italiano	08
Diálogos	A extrema direita na Itália: uma entrevista com David Broder	12
Congresso nacional	Orçamento secreto e o novo Governo Lula	17
Governo de Transição	O 'Revogaço' e a luta institucional contra o bolsonarismo	22
Entrevista	Guilherme Boulos: "O papel do PSOL é levar a agenda do governo à esquerda"	28
Análise	O Brasil deveria passar por uma grande ocupação de terra!	34
Governos do PSOL	O desafio de cultivar a esperança na periferia do Brasil	36

EDITORIAL

Quando analisa o papel da extrema-direita e os desafios da esquerda no próximo período em boa parte dos seus artigos, entrevistas e análises, a Edição de Dezembro da Revista Socialismo e Liberdade, periódico de formulação da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, cumpre o papel de analisar os rumos que deverão ser seguidos pelo próprio PSOL na luta política mais emergente, diante da conjuntura atual.

Segundo maior partido de esquerda do Brasil e representação da defesa das pautas de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTs, povos indígenas e outras minorias ou maiorias vulneráveis, o PSOL cumprirá, no próximo período, a tarefa histórica e corajosa de atuar ao mesmo tempo combatendo as desigualdades sociais com a independência que lhe é ca-

racterística e compor a base de um governo pela primeira vez na história. E logo um governo amplo, em disputa, e no qual a bancada do PSOL terá uma função de defender a agenda política mais à esquerda.

Defender o Governo Lula, sem perder a capacidade de se opor a pautas que consideremos inadequadas, prescindirá não permitir que o partido se confunda com a oposição raiosa que será feita pelos derrotados das eleições. Não poderemos ser confundidos com aqueles que ocupam a frente dos quartéis e entoam discursos golpistas.

Liderado por Guilherme Boulos e uma bancada potente que representa grupos talvez nunca antes representados na história, o PSOL chega próximos aos seus 20 anos diante da responsabilidade de mos-

trar maturidade em uma conjuntura complexa, que exige entender com sensibilidade os anseios e desejos da população mais pobre, o povo das periferias que clama por políticas que resolvam suas demandas mais urgentes – muitas vezes a fome, a falta de moradia ou o direito a viver.

Esses rumos, incluindo a exigência de sensatez na defesa dos anseios da nossa base política, estão em análise nesta edição da Socialismo e Liberdade, que traz os aspectos mais importantes do Revogaço, pesquisa de fôlego produzida pela FLCMF, além de uma análise sobre o nosso principal governo, o Governo de Belém.

Espero que gostem e desejo boa leitura!

Saudações socialistas!
Natália Szermeta

© FLCMF/Divulgação



A FOME É UMA ESCOLHA POLÍTICA

Denise De Sordi

é historiadora, pesquisadora de pós-doutorado da FFLCH/USP e da COC/Fiocruz, pesquisa políticas, programas sociais e soberania alimentar no Brasil contemporâneo

O retorno do Brasil ao Mapa da Fome a partir de fins de 2020 é um retrocesso e uma escolha política que não podem ser naturalizados. A fome e a pobreza generalizada, como argumentou Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome”, decorre da organização da sociedade, nas palavras dele: dos “sistemas econômicos e sociais”. O argumento do autor, escrito em 1946, segue sendo uma verdade e uma realidade no Brasil de 2022.

Afirmar que o retorno do país ao Mapa da Fome é uma escolha deliberada do governo de Jair Bolsonaro (PL) não é pura retórica. Quando analisamos as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tal como indicado no documento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e

a Agricultura (FAO), “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um relato multidimensional”, dentre os fatores que garantem a manutenção da SAN em um país estão a estabilidade política, o atendimento ao custo das necessidades básicas, os empregos formais e a existência de uma rede socioassistencial.

Em 2014, quando menos de 5% da população se encontrava nesta condição e o país foi retirado do Mapa da Fome, políticas e programas sociais compunham uma gama de ações definidas por uma rede de proteção socioassistencial que permitiram este feito incomum na história brasileira. Políticas de transferência de dinheiro, a exemplo do extinto Programa Bolsa Família (PBF), valorização do salário mínimo, Progra-

ma de Aquisição de Alimentos (PAA) e geração de empregos formais estiveram dentre as políticas e programas sociais que permitiram minorar a pobreza e eliminar o cenário de fome. Todas desmanteladas, destruídas e apagadas sob o governo de Jair Bolsonaro, que sucateou os instrumentos de gestão social contidos nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Soma-se a este apagão generalizado de ações que permitem o acesso aos Direitos Sociais o efeito cascata derivado das reformas macroeconômicas levadas a cabo durante o governo de Michel Temer (MDB) e aprofundadas por Bolsonaro, que tiveram por objetivo “enxugar o custo social”.

O que o governo nomeou de “custo social”, referindo-se a medidas econômicas e à intensificação da exploração e expropriação dos trabalhadores, na prática, significou mais informalidade, ausência de direitos, a finalização da rede de proteção social, benefícios sociais insuficientes.

Todas políticas sociais que traduziam décadas de lutas e conquistas e que foram tornadas inoperantes, levando mais de 33 milhões de brasileiros para a situação de fome, de acordo com os números divulgados pelo “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan), em 2022.



© Wendell Cristiano

O documento da FAO que anunciou a saída do país do Mapa da Fome em 2014 também nos lembra que a política de SAN é uma política. Ou seja, não é um conceito técnico de gestão do social tão somente, é um conceito político e que só pode ser construído com intensa participação social. Portanto, reencontrar o caminho para que seja possível sair novamente do Mapa da Fome demandará reconstruir os espaços de manifestações e reivindicações populares, a gestão democrática dos Direitos Sociais e a participação social em suas mais variadas instâncias e dimensões. Recompôr espaços de participação passa

Afirmar que o retorno do país ao Mapa da Fome é uma escolha deliberada do governo de Jair Bolsonaro (PL) não é pura retórica, é um fato histórico

Cozinhas Solidárias garantem segurança alimentar de centenas de pessoas pelo Brasil todos os dias

por pautar novamente possibilidades que podem construir um horizonte social mais democrático e socialmente mais justo. Para tanto, a capilaridade e a potencialidade histórica dos movimentos sociais brasileiros são uma chave.

Desde 2016, no contexto do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), vimos os movimentos sociais, sob intensa pressão e limites, adotarem uma postura tática de recuo em suas pautas transformadoras, para que pudessem defender e garantir o que já era tido como conquista. Neste período, a manutenção de condições mínimas de vida foi articulação central e a “fome” retornou ao centro das temáticas das mobilizações populares, fazendo emergir ações e iniciativas diferentes daquelas ocorridas nos anos das décadas de 1990 e de 2000, quando ações filantrópicas mobilizaram a sociedade civil e quando políticas e programas sociais foram conquistados.

De um cenário que poderia indicar algum tipo de desmobilização conjuntural ou arrefecimento, vimos emergir uma nova gramática de lutas que empunha ossos de boi e panelas vazias para reivindicar benefícios sociais. A linguagem também tem deixado de se restringir à denúncia da fome, mas tem feito moeda corrente das expressões Segurança e Soberania Alimentar, indicando a articulação urgente e necessária entre camponeses e trabalhadores urbanos como forma para as políticas públicas e sociais, caso se pretenda que es-

tas sejam fortes e sustentáveis.

Se entre os anos 70 e 80 a experiência de cozinhas comunitárias nas periferias se traduziu, em fins dos anos de 1990, em elemento central de organização coletiva no interior das ocupações urbanas, a partir de 2021, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) inaugurou o projeto das Cozinhas Solidárias como engenharia de urgência no contexto do apagão da área social. Criado a partir de experiências prévias do movimento social, o projeto das Cozinhas Solidárias atende parcela da população que expressa o que significa na prática o número de 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave; pas-

sando fome. São trabalhadores duramente atingidos pelas políticas de reformas do governo Jair Bolsonaro que aprofundaram o ciclo aberto em 2016.

Idosos, chefes de família, crianças, trabalhadores informais, desempregados, jovens LGBTQIA+ compõem o público heterogêneo que todos os dias se dirige a uma das trinta e uma cozinhas abertas pelo MTST em onze estados e no Distrito Federal. As Cozinhas Solidárias articulam o trabalho camponês com as pautas dos trabalhadores urbanos. Os alimentos produzidos sem veneno e preparados nas Cozinhas promovem uma extensa rede que demonstra ter o potencial de combater a pobreza de ponta a ponta, por-

que fixa as famílias no campo, permite a transição agroecológica e reorganiza as relações sociais conectadas à Segurança Alimentar, promovendo a Soberania Alimentar como política estruturante que garante o acesso a alimentos saudáveis e regionais, alimentando, empregando e garantindo renda.

As Cozinhas Solidárias ressignificam este espaço central para a vida, se tornam lugares de encontro, luta, sobrevivência e acolhimento. Representam parte do caminho a ser construído para a saída do Mapa da Fome, pois reúnem em seu projeto, além da entrega de alimentos sem veneno em refeições prontas e gratuitas – em cifras de mais de mil

toneladas em dezembro de 2022 -, espaços de mobilização social, de aprendizado sobre Direitos e de reestabelecimento de laços comunitários, na contramão da gestão técnica e protocolar do social em geral ofertada pelo Estado.

Tornam-se, por meio de projetos de extensão e parcerias com as Universidades, centros de treinamento para profissionais em formação e espaços de pesquisa científica. Possibilitam ainda espaços para o encontro entre diversos movimentos sociais, comunitários e da sociedade civil. Mais do que a distribuição de alimentos saudáveis gratuitamente, as Cozinhas Solidárias são um modelo de mobilização social que coloca em prática o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional: um conceito político, que só pode ser construído com intensa participação social. ■



© Comunicação MTST SP

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FAO. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um relato multidimensional. Brasília: FAO, 2014.
- MTST. Cozinhas Solidárias. 2022. Disponível em: < <https://www.cozinhasolidaria.com/#inicio> >. Acesso em: 8 dez. 2022.
- PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – 2022. Rede Penssan. 2022.

Política pública de segurança alimentar é urgência do novo período político brasileiro e será debatida no Congresso Nacional

APÓS AS ELEIÇÕES, DENTRO DO PÓS-FASCISMO ITALIANO

Bruno Montesano

é doutorando em mudança social e política (Universidade de Turim/Universidade de Florença), estudou na Escola de Estudos Orientais e Africanos (Soas) em Londres. Trabalha a relação entre racismo, economia e cidadania.

Tradução do italiano por Alberto Fierro e Anderson Piva

Fascismo e tecnocracia: sua combinação determina a situação de emergência democrática que o secretário do Partido Democrata (Pd), Enrico Letta, denuncia, embora tenha contribuído a criá-la; e que o líder do Movimento 5

Estrelas (M5S) nega, porque é o seu produto. Concretamente, a emergência é encarnada por esses elementos: Meloni Primeira-Ministra, dois pós-fascistas como presidentes da Câmara e do Senado, um representante da burguesia

© Fratelli d'Italia/Divulgação



produtiva no Ministério da Economia, um técnico pós-fascista como Ministro do Interior, a ocupação militar das potências culturais do país – TV, escola, universidade.

Certamente, como salta aos olhos, a menos que se esteja de má fé, o fascismo hoje não se apresenta marchando a “passos de tartaruga”. As linguagens, as estratégias, os meios de se comunicar mudaram. Contudo, o fundo, o núcleo do fascismo estava – e ainda está – aqui. Hoje, há a possibilidade de institucionalizar-se, de trazer a agressão racista e patriarcal a um nível superior. Veremos até que ponto as alianças internacionais, a União Europeia e a Presidência da República conseguirão limitar e conter os danos.

Por enquanto, o Presidente Sergio Mattarella tem mantido um perfil discreto, enquanto a União Europeia já interveio contra o sequestro de imigrantes no Mediterrâneo. Em qualquer caso, para interpretar o comportamento do Irmãos de Itália [FdI – o partido de Meloni que ganhou as eleições, NDT], o modelo do governo é o da Polônia, e não o da Hungria. Ou seja, um governo de extrema direita, dentro da Aliança Atlântica, que, no entanto, mantém uma distância maior de cruzar a linha vermelha; diferentemente de Orbán, que,

Giorgia Meloni, líder do partido *Fratelli d'Italia*, em Turim, na Itália, durante as eleições que consagraram sua vitória no país

ao invés disso, a atravessa em várias ocasiões. Veremos até que ponto Meloni conseguirá manter a aliança com Orbán.

Deve-se considerar também que Meloni não foi votada como herdeira do fascismo, mas “apenas” como uma pragmática extremista de direita – interessante, para os eleitores, constatar o modo como o foram igualmente outros líderes nos últimos anos, e não necessariamente de extrema direita, de acordo com a lógica do mercado político nas pós-democracias nacionais. A isto se soma o racismo institucional, refletindo resíduos que nunca deixaram o corpo social, bem como novas formas de discursos e práticas discriminatórias levadas adiante também pela centro-esquerda. A normalização do racismo e da agressão nacionalista precede o governo Meloni.

O governo Meloni provavelmente não será simplesmente como um governo Draghi mais racista. Vai se parecer mais ao primeiro governo de Giuseppe Conte com a Liga e o M5S. Só que pior. Será mais eficaz devido à cobertura dada por alguns técnicos que selecionou – cuja retórica é diferente da dos ministros do governo Conte 1 –, aos meios liberais que a normalizam e aos partidos centristas que a legitimam. Uma oposição à altura do fascismo vindouro não pode partir de uma nova coalizão que tenha em Conte o novo “líder dos progressistas”, seu pivô – embora a presença do M5S seja necessária. A fim de derrubar o governo Meloni o quanto antes, para que ele não tenha tempo de fazer nada

ou quase nada – por exemplo, contra o projeto de autonomia em favor das regiões ricas do norte produtivo da Itália –, seria necessária uma ampla revolta nas ruas, uma revolta que dialogue com aqueles que se sentam nos lugares de representação. Em parte, já está começando. Alternativamente, se, devido a tensões internas dentro da coalizão de extrema direita, o governo Meloni cair – ainda assim um parlamento hegemônico pelas mesmas forças permaneceria – provavelmente haveria mais um governo técnico que adiar o problema para as próximas eleições. A extrema-direita poderia sair ainda mais forte.

Não há, portanto, equivalência entre o neoliberalismo e o fascismo, embora conscientes das suas muitas interseções. Para isto pode servir olhar para as mobilizações daqueles que já tiveram governos de extrema-direita semelhantes ao nosso, como no caso dos EUA ou do Brasil. E dizemos isto porque talvez o Conte 1 não tenha sido percebido como tal, mesmo por aqueles que se lhe opunham vigorosamente, como se as medidas não universalistas e seletivas dos Contes 1 e 2 fossem suficientes para fazê-los esquecer. Basta falar, ou ler o que eles dizem, os ativistas que arriscam suas vidas em contextos que não são “meramente neoliberais”, mas abertamente pós-fascistas. Onde os ativistas são mortos nas ruas – como no Brasil, na verdade. E poderia traçar alguns paralelos entre a Itália e o Brasil. Entre outros, anos atrás, em 1977, o diretor

do Banco da Itália, Guido Carli, falou da Itália como uma espécie de Brasil da Europa: uma riqueza potencial tão forte quanto as desigualdades que a acompanham, em um contexto com elementos altamente modernizados. Ulrich Beck, mais recentemente, no final dos anos 90, escreveu (também questionavelmente) sobre a “brasilianização” do velho continente, para descrever o colapso da proteção social – mas isso foi antes de Lula e seus enormes planos contra a pobreza.

Meloni não foi votada como herdeira do fascismo, mas como uma pragmática extremista de direita

Na Itália, veremos até que ponto os planos de redistribuição inversa (imposto fixo e abolição da renda básica – ou pelo menos restrição de seus critérios e valores de acesso –, implementação do PNRR em linhas ainda mais regressivas [o PNRR é um plano de investimentos públicos financiado pela União Europeia, ND]) serão sustentáveis diante de uma pandemia inacabada, uma guerra na Europa e todas as consequências econômicas que essas duas dinâmicas acarretaram. Os impostos são altos, a inflação também, a energia custa muito e o Norte da Europa provavelmente continuará a se opor a uma maior integração

européia. O dinheiro que a direita pseudo-social de Meloni precisa para fazer suas medidas neoliberais não está à disposição – exceto retirando-o da proteção social e dos trabalhadores. O que quer que vários liberais italianos assustados pelo aparente estatismo de Meloni digam, é a nacionalidade da propriedade que importa mais para os pós-fascistas do que a propriedade em si.

No campo de centro-esquerda, que não é votado pelos mais pobres, e que tem enorme responsabilidade pelo desastre de hoje, há escombros. Em geral, seria desejável que a hierarquização entre direitos civis e sociais – que sustenta a lógica do populismo de esquerda e a variante progressiva do neoliberalismo – chegasse a um fim. Muitas vezes a questão da imigração é enquadrada em termos de direitos civis. Mas isto é um erro grave: a situação dos migrantes e daqueles que tentam atravessar as fronteiras é uma questão de se eles têm ou não direito a direitos e de “vulnerabilidade à morte prematura”. Deve-se perceber que a repressão de imigrantes – dentro e fora das fronteiras – e o ataque contra os direitos reprodutivos não são nada abstratos. Ao contrário, são operações que afetam a materialidade da exploração. Eles regulam o preço da força de trabalho e as condições sob as quais os direitos podem ou não ser reivindicados. Mulheres, comunidades LGBTQIA+, migrantes não são minorias. Eles são (também) força de trabalho.

© Fratelli d'Italia/Divulgação



Em qualquer caso, no desastre da esquerda radical italiana, pode-se esperar e trabalhar para que o grupo de parlamentares eleitos e administradores locais nos diversos municípios – de Roma a Turim, de Caserta a Bolonha e de Milão a Reggio Calabria – fortaleça uma rede de experiências cívicas e radicais. O modelo poderia ser o das “cidades-santuário” nos Estados Unidos contra o governo fascista de Trump.

Enfim, Enzo Traverso – e muitas mídias internacionais, certamente não radicais – não hesitou em falar da nova onda da extrema-direita em termos de pós-fascismo. No dia da instalação do governo Meloni, em 28 de setembro em Roma, houve um belo ato de Nem una a Menos [maior movimento transfeminista italiano, NDT],

e assim em várias cidades da Itália. Depois houve atos sindicais e ecologistas, assembleias e ocupações estudantis. Na frente oposta, a dos chamados liberais, houve aberturas para reformas constitucionais numa direção presidencial e a aprovação do projeto de lei orçamentária de Meloni. Eles afirmam que os perigos das “ondas negras” [cor das antigas camisas dos fascistas italianos, NDT] e do fascismo são notícias falsas. Por outro lado, há muito tempo ficou claro que populismo e tecnocracia se reforçam mutuamente e caem juntos. Em qualquer caso, sem trazer à tona fascismos eternos e outras figuras mitológicas, o que deve ser sustentado é que a estrutura racista, patriarcal e classista dentro do esqueleto (pós)democrático pode muito bem ser chamada de pós-fascismo. ■

Giorgia Meloni, nova primeira ministra da Itália, se consolidou como representante de uma nova frente ampla de direita, ajudada pelo enfraquecimento da coalizão liderada por Mario Draghi, ex-premier italiano e representante da centro-esquerda do país

Este artigo é inédito no Brasil. Porém já foi publicado, em versões menos atualizadas, na revista Gli Asini e em Mediapart. Também deve ser divulgado em uma mídia inglesa. Um parágrafo foi retirado de um editorial publicado no jornal Il Manifesto.

A EXTREMA DIREITA NA ITÁLIA: UMA ENTREVISTA COM DAVID BRODER

Pedro Charbel

é assessor internacional e de direitos humanos da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados. Formado em Relações Internacionais e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é responsável pelo programa Luta Sem Fronteiras da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

© Arquivo pessoal



David Broder é escritor e tradutor. Morando atualmente em Roma, é editor da revista Jacobin Europa e escreve regularmente sobre política italiana para publicações como a Internazionale. No Brasil, é autor de “Primeiro eles tomaram Roma: como a extrema direita conquistou a Itália após a operação Mãos Limpas”, lançado pela editora Autonomia Literária. Historiador do comunismo francês e italiano, Broder está atualmente escrevendo um livro sobre a crise da democracia italiana no período pós-Guerra Fria. Nesta entrevista para Pe-

David Broder participa, em São Paulo, do debate “Quem chocou o ovo da serpente? 100 anos de fascismo”

dro Charbel, assessor internacional e de direitos humanos da Liderança do PSOL na Câmara, o pesquisador analisa a extrema-direita italiana e apresenta aspectos sobre o crescimento do fascismo no mundo, passando por EUA, Brasil, Hungria, França e também sobrevoando detalhes das suas próprias obras.

▪ **Pedro Charbel** *O partido pós-facista Fratelli d'Italia (Irmãos da Itália) passou de 4%, em 2018, a 26% dos votos na eleição deste ano, levando Giorgia Meloni a se tornar primeira ministra da Itália em uma coalizão com o Forza Italia (Força Itália), partido de Berlusconi, e o Lega (Liga) de Salvini. O que explica o crescimento tão rápido e expressivo do Irmãos da Itália? Quão diferente este partido é do Forza Itália e do Liga do Norte e de que maneira o governo de Meloni está acomodando todos eles?*

▪ **David Broder** Há duas coisas a se considerar em relação à ascensão repentina do Irmãos da Itália. A primeira é que o governo passado, liderado por Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, foi considerado um governo de unidade nacional, que reuniu de tudo: da centro-esquerda, os Democratas, à direita dura, a Liga de Matteo Salvini. O partido de Giorgia Meloni, o Irmãos da Itália, era o único partido que não estava no governo e desfrutou da habilidade de se mostrar como única oposição, criticar o governo de diversas maneiras contraditórias e basicamente se alimentar do apoio daqueles insatisfeitos com o governo. Em todas as

eleições italianas nas últimas três décadas, o governo da situação perdeu as eleições, e não foi diferente neste caso. Então acredito que vimos, particularmente, a partir das evidências que temos, que os eleitores da Liga e do partido de Silvio Berlusconi, o Força Itália, também de direita, basicamente desertaram para o Irmãos da Itália, o partido de Meloni. E essa é a principal razão desse crescimento repentino: a maioria desses eleitores votou na Liga três ou quatro anos antes. Isso me leva à segunda explicação sobre sua força, que é o fato de que o voto total na direita não cresceu, e tem basicamente o mesmo nível em termos percentuais desde os anos 1990. A real mudança, o real avanço repentino de um partido pós-facista aconteceu naquele momento, no primeiro governo Berlusconi em 1994, que foi o primeiro a incluir o partido conhecido naquele momento como Alleanza Nazionale (Aliança Nacional), o antecessor do Irmãos da Itália. Este é um partido de tradição fascista, cuja história remonta ao fascismo da era Mussolini, que já nos anos 1990 estava no governo pela primeira vez e, basicamente, ao longo dos últimos trinta anos vimos ser totalmente normalizado.

Frequentemente, quando partidos como o Movimento 5 Stelle (Movimento 5 Estrelas) ou a Liga entraram no governo ou pareciam prestes a fazê-lo, havia muita excitação na mídia internacional classificando-os como “partidos populistas que vão desmembrar a União Euro-

peia” e coisas do tipo - e esses partidos não fizeram isso, e foi errado esperar que o fizessem. Novamente, o Irmãos da Itália não está buscando explodir o lugar da Itália na UE ou coisa do tipo. O que esse partido realmente quer é defender o lugar da Itália na ordem internacional e demonstrar-se um aliado dos EUA contra a Rússia e a China, enquanto ao mesmo tempo desenvolve uma intensa guerra contra seus oponentes domésticos: seja as pessoas de esquerda, que chama de comunistas, sejam as pessoas imigrantes, dentro de ideias variadas de que existe uma “trama globalista” para substituir italianos brancos por mulçumanos, africanos, e coisas desse tipo. Então eu acho que não têm uma posição econômica radical que vai colocar a Itália contra a União Europeia e os EUA, nada disso é provável de modo algum, mas certamente veremos, e já vemos, uma intensificação de uma política nacionalista, racista, obcecada pela família.

▪ **PC** Poderia-se esperar que uma vez no poder Meloni tentaria pelo menos parecer moderada, inclusive para não ficar isolada na Europa, mas temos visto ações bem agressivas e racistas contra a imigração, contra festas nas ruas e até contra a ciência. Conhecemos bem esse tipo de política no caso do Brasil, mas como essa agenda reacionária opera em linha com os interesses do grande capital na Itália? De que modo está coordenada com a extrema direita internacionalmente?

▪ **DB** Frequentemente, jornalistas e cientistas políticos

questionam se partidos como o Irmãos da Itália estão se tornando moderados ou mainstream. E o que eu fico pensando é com o que a direita mainstream se parece hoje. No caso da Itália, é comum dizerem que a esquerda vê o Irmãos da Itália como “extremista” e que tenta associá-lo ao fascismo e seu passado, mas no fim das contas Giorgia Meloni é convidada para falar em eventos como o CPAC (Conservative Political Action Conference) nos EUA, ou lidera o partido europeu chamado Europeus Conservadores, um partido que também inclui outros de extrema direita, como o Vox na Espanha. Eu acho que as barreiras entre os chamados partidos conservadores “normais”, como os Republicanos nos EUA, ou o Partido Conservador no Reino Unido, e aqueles com passado colaboracionista ou fascista se colapsaram. O fato de o Irmãos da Itália virem de uma tradição fascista basicamente não o deslegitima mais na direita internacional, assim como tampouco o fato de que ele se engaje em teorias da conspiração sobre substituição étnica ou vacinas de Covid.

Guerra cultural não deve ser considerada como um tipo de eufemismo para racismo e sexualidade. Guerra cultural também é sobre questões econômicas. Um bom exemplo é o fato de que Meloni quer se livrar do auxílio às pessoas que estão em busca de emprego. Trata-se de um pagamento mensal às pessoas que não conseguem achar trabalho, introduzido pelo Movimento 5 Estrelas quando estava no

governo. Meloni disse em sua live no Facebook recentemente que “trabalho pode levar você a qualquer lugar, enquanto esse auxílio te deixa deitado no sofá”. Então existe essa ideia promovida por intelectuais e pela mídia de que benefícios de bem-estar social encorajam a preguiça, que pessoas pobres estão se aproveitando do sistema, que a razão pela qual a Itália está enfrentando dificuldades econômicas é porque não há uma “cultura do trabalho”.

Então, o que de fato vemos na extrema direita no poder é quase uma ideia vitoriana de austeridade e trabalho duro, cortando o bem-estar social, se opondo a coisas como salário mínimo. Esse tipo de ideias reacionárias é obviamente perfeitamente compatível com os interesses das partes mais ricas da sociedade italiana. E é claro que em geral é verdade que grandes porções da classe dominante italiana e da classe média alta votariam em partidos mais liberais que o Irmãos da Itália, mas não vejo nada no programa do Irmãos da Itália que seja de algum modo incompatível com os interesses do capitalismo italiano ou nada do tipo. É um partido que, além de seu chauvinismo e racismo, tem o livre mercado e ideias econômicas com certo toque nacional, que é aberto sobre suas intenções de se livrar do estado de bem-estar existente.

▪ **PC** Você disse em uma entrevista que a guerra na Ucrânia permitiu que Meloni se normalizasse, pois, ao condenar a Rússia e não criticar a OTAN, ela garantiu um

© Andrea Delbo/depositphotos



assento à mesa que em outro contexto talvez não tivesse. Você poderia explicar mais isso? De que maneira esse processo está coordenado com governos como o da Hungria e da Polônia, e também com grupos de extrema direita que ainda não estão no poder, como o Vox ou o partido de Le Pen na França? Como esses grupos estão se organizando ao redor da Ucrânia e como a extrema direita está reformulando sua coordenação internacional nesse contexto?

▪ **DB** Na extrema direita europeia sempre houve partidos com relações muito mais próximas com a Rússia, o caso mais óbvio é o da Liga, liderado por Salvini, que abertamente fez uma aliança com

o Rússia Unida, o principal partido pró-Putin no Duma, e é apontado por muitos como receptor de verbas deste parceiro na Rússia. Também se olharmos para Le Pen na França, que fez vários comentários efusivos e positivos sobre a Rússia de Putin, tendo-a como uma espécie de modelo civilizacional, uma espécie de Estado cristão e conservador, o qual também enfrenta a hegemonia estadunidense. Há outras forças na extrema-direita europeia que não fizeram isso. Eu acho que, particularmente em 2021, Mateusz Morawiecki, o primeiro ministro da Polônia, tentou criar uma espécie de aliança da extrema-direita de toda a Europa, in-

cluindo pessoas como Salvini e Le Pen, mas também Meloni e outras. E a questão da Rússia foi um grande problema. Foi um grande problema na política doméstica da Polônia e impediu que essa aliança acontecesse e aí a guerra fez isso ser ainda mais difícil. Então a guerra também causou certa divisão entre as partes da extrema-direita europeia que olhavam para a Hungria, o governo de Erdogan em específico, o qual basicamente é o mais pró-Rússia ou menos pró-Ucrânia na União Europeia; e aqueles que, em vez disso, são mais próximos do governo polonês, do partido Lei e Justiça, o qual está no grupo de Meloni no Parla-

Vitória da extrema-direita na Itália aponta para uma disputa que ainda se arrastará entre conservadores fascistas e o campo político da esquerda

mento Europeu. Assim, mesmo que em geral o argumento liberal contra a extrema direita europeia seja basicamente associá-la à Rússia, à influência russa, o partido de Meloni, o Irmãos da Itália, não tem muito dessa tradição, na verdade, diferentemente do partido de Salvini, a Liga, ou o francês Reagrupamento Nacional.

Meloni disse que, para ter credibilidade internacional, a Itália tinha que apoiar a Ucrânia, mas isso não faria muita diferença no campo de batalha. O que ela diz é verdade, mas existe algo em relação ao partido dela também: para o Irmãos da Itália, apoiar a Ucrânia era necessário para que fossem vistos como um partido legítimo de governo, com boas relações com outros governos europeus e com Washington. No entanto, a Itália não conta muito na política internacional, e o apoio militar e econômico da Itália para a Ucrânia é muito menos importante do que o de países como Reino Unido ou França, mesmo que suas economias tenham tamanhos semelhantes. Então, acredito que no mundo da União Europeia e da aliança dos EUA foi simbolicamente importante que o Irmãos da Itália tomasse a posição que tomou, que é de total comprometimento a apoiar a Ucrânia, mesmo que na realidade isso não tenha custado muito.

▪ **PC** No seu livro “Primeiro eles tomaram Roma: como a extrema direita conquistou a Itália após a operação Mãos Limpas”, publicado pela Autonomia Literária, você demonstra como a extrema direita na Itália se beneficiou do contexto gerado pela Operação Mãos Limpas nos anos 1990. Isso antecipa um cenário que nós iríamos conhecer muito bem em outros lugares, especialmente no Brasil – o próprio Sérgio Moro elogiou esta operação e disse que a considerava uma inspiração. Você poderia explicar como essa atmosfera anti-sistema foi gerada e como ainda permanece viva? Que lições podemos aprender para lidar com o *lawfare* a serviço da extrema direita?

▪ **DB** Eu costumo dizer que a Itália é um tipo de previsão, ou oferece uma perspectiva num processo que está acontecendo em todo o mundo. O que aconteceu na Itália no começo dos anos 1990 concretiza e reúne muitas das mudanças políticas gerais que vemos na maioria das democracias ocidentais. Isso porque temos ao mesmo tempo os julgamentos de corrupção da Operação Mãos Limpas - que destroem os partidos políticos existentes, todos eles, a Democracia Cristã, os Socialistas, e o Partido Comunista já fora dissolvido no fim de 1991 - e, junto a isso, no mesmo momento político, a criação da União Europeia e a Itália entrando no caminho para se unir à moeda comum. Nesse momento, há muito desse triunfalismo neoliberal, o fim da Guerra Fria, o fim das grandes ideologias. Então temos basicamente juizes, tecnocratas, eco-

nomistas e presidentes de bancos centrais tomando o campo político, enquanto há o colapso daquilo que anteriormente governou a política, partidos de massa, organizações democráticas, etc. Neste momento inicial, quando esses juizes estavam se livrando de políticos corruptos, questionando-os na televisão, havia um grande otimismo - talvez difícil de ser lembrado hoje - de que esse tipo de espírito judicializador iria quebrar as velhas burocracias, modernizar a Itália, tirá-la de sua condição estagnada e levá-la ao futuro. O Euro também tinha o propósito de fazer esse papel: as questões de economia política seriam decididas basicamente por banqueiros europeus, idealmente alemães, que sabiam mais e fariam da Itália um país “normal” como a Alemanha.

A Itália é um tipo de previsão, oferece uma perspectiva do que está acontecendo em todo o mundo

Todas essas receitas produziram, grosso modo, efeitos desastrosos. Mesmo no nível de se livrar da corrupção não funcionaram, porque basicamente substituíram partidos de massa democráticos por um campo político desertado, no qual aqueles que já tinham mais poder foram capazes de conquistar poder por meios eleitorais. O

melhor exemplo disso é, evidentemente, Silvio Berlusconi, que, mesmo sem um partido e sem apoiadores reais, pôde utilizar sua posse privada de mídia para conquistar as eleições em 1994 e basicamente se tornar o líder hegemônico por praticamente as duas décadas seguintes.

Eu não conheço o Brasil muito bem, passei apenas algumas semanas aí recentemente e não estudei o país a fundo, mas fazendo uma comparação grosseira, acho que o que é interessante no contraste entre o que ocorreu na Itália nos anos 1990 e o que ocorreu nos anos 2010 no Brasil é que no caso brasileiro, com os limites de Lula e Dilma, mesmo com os aspectos morais, o golpe e tudo isso, ainda se tem um movimento de massa organizado, há grandes partidos, organizações sociais. Houve resistência na época e temos a vitória eleitoral recente - houve uma espécie de luta de volta. No caso italiano, em vez disso, os líderes do que fora o Partido Comunista, os líderes da esquerda, foram, na verdade, os mais entusiasmados apoiadores dessa tomada liberal e tecnocrata da política. Eles desmobilizaram por completo o seu próprio lado e a esquerda destruiu a si mesma. Obviamente o Brasil é muito mais desigual que a Itália, há muito mais conflito social, mas também há muito mais potencial nesta situação. No caso da Itália, a ideia de mudança política ou de se organizar para conquistar qualquer coisa é muito limitada, então a luta fica muito mais limitada a essas questões de identidade. ■

CONGRESSO NACIONAL



© J. Batista/Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados mantém de pé as emendas do relator e briga pela sua manutenção no Governo Lula

ORÇAMENTO SECRETO E O NOVO GOVERNO LULA

Caio Moura é advogado, coordenador jurídico da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados e secretário de Movimentos Sociais do PSOL/DF

O que sabemos do orçamento secreto

O orçamento secreto é o maior exemplo da tenebrosa relação entre o Governo Bolsonaro e o Congresso Nacional. O presidente Lula denominou o orçamento secreto por vezes como o maior esquema de corrupção da história, antes e durante a campanha eleitoral.

Afinal, o que é o orçamento secreto? A cada ano, o Congresso Nacional aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte. Em 2019, o Congresso aprovou a LDO de 2020 com as emendas do relator-geral (Resultado Primário 9 - RP9), sendo o marco fundacional do orçamento secreto. Uma inovação no orçamento, visto que os parlamentares já

possuíam as emendas individuais, as emendas de bancada e as emendas de comissão. Em resumo, uma fatia generosa do orçamento não é coordenada pelo Poder Executivo através dos ministérios, sendo tal fatia na verdade direcionada pelo relator-geral do orçamento à utilização de parlamentares, sobretudo da base do governo. Tal fato faz com que o re-

lador-geral do orçamento se transforme num “super parlamentar”. A outra ilegalidade envolvendo as emendas de relator (RP9) se dá pela sua falta de transparência, visto que é um recurso público que é executado sem autoria.

Há diversas denúncias acerca da utilização das emendas do relator-geral (RP9). Por exemplo, em reportagem, a revista Piauí noticiou casos como do município de Pedreiras (MA), que, em 2021, realizou mais de 540 mil extrações dentárias. Para realizar tantos procedimentos seria necessário que cada morador da cidade tivesse arrancado 14 dentes.

A oposição ao governo bolsonarista tomou algumas medidas concretas contra o orçamento secreto. A Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados representou no Tribunal de Contas da União contra a falta de transparência na execução das verbas do orçamento secreto. Já o PSOL ajuizou a ADPF nº 854 requerendo a inconstitucionalidade das emendas do relator-geral (RP9). Há uma expectativa acerca do julgamento da ADPF proposta pelo PSOL ocorrer ainda este ano.

Arthur Lira já afirmou que o orçamento secreto não é secreto, visto que há um portal na Comissão Mista de Orçamento (CMO) em que é possível consultar a utilização dos recursos. O portal citado foi criado a pedido do STF após o ajuizamento da ADPF nº 854.

Contudo, pergunta-se: quem autoriza a utilização do recurso? Quais os critérios utilizados para autorizar o repasse



de verbas? Conclui-se que as emendas do relator-geral (RP9) continuam sendo utilizadas como manobra para garantir maioria no Congresso Nacional e lealdade dos presidentes das duas casas.

A nova correlação de forças do Congresso Nacional

Após a votação ocorrida em 2 de outubro, muito se especulou sobre o aumento do bolsonarismo no parlamento brasileiro. Mas será que em se tratando da Câmara dos Deputados e do Senado Federal há uma diluição do centrão e um real crescimento da extrema direita?

A Câmara dos Deputados conta com 513 parlamentares. A coligação de partidos que apoiou a eleição de Lula elegeu 122 deputados e deputadas (Federação Brasil Esperança 80; Federação PSOL/Rede 14; PSB 14; Avante 7; Solidariedade 4; e PROS 3). Já o PDT desembarcou da aventura cirista, declarou apoio a Lula no segundo turno e elegeu mais 17 parlamentares. Em suma, é possível dizer que há uma bancada “progressista” de quase 140.

O fortalecimento da Federação Brasil Esperança e da Federação PSOL/Rede, ainda que insuficiente visto o tamanho da Câmara, torna a esquerda mais

ideológica, podendo se tornar um interessante polo de luta no parlamento se conectada com os anseios dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Houve também uma diminuição das bancadas do PDT e do PSB, partidos que tinham cerca de metade de seus pares votando com o governo, sem tanto rigor ideológico.

Já a coligação derrotada nas eleições presidenciais elegeu 187 parlamentares (PL 99; PP 47; e Republicanos 41). O PL se tornou o maior partido na Câmara. Foi o partido que mais concentrou candidaturas bolsonaristas. Porém, mesmo com Valdemar Costa Neto afirman-

Reeleições de Rodrigo Pacheco para Presidência do Senado e de Arthur Lira para a Câmara são sustentadas pelas RP-9

do que o partido será oposição ao Governo Lula, é quase impossível pensar que os 99 parlamentares do partido serão linha auxiliar de Eduardo Bolsonaro ou de Carla Zambelli. Ao analisar nome a nome a bancada do PL, percebe-se que os bolsonaristas são cerca de 40, menos da metade da bancada. Existem sim outros atores que bebem na fonte da extrema-direita e se encontram no Republicanos e no PP, ainda que em número substancialmente menor. Dessa forma, a bancada que continuará fiel ao presidente derrotado e à sua agenda neofascista é menos da metade do que a bancada “progressista” elegeu no país.

A eleição para o Senado gerou mais alarde do que deveria por conta das eleições de bolsonaristas como Dameres Alves e Hamilton Mourão. Ocorre que as 5 maiores bancadas do Senado concentram 2/3 da casa (PL 14; PSD 11; MDB e União Brasil cada um com 10; e PT 9). Ou seja, é evidente que o centrão também dominará a Câmara Alta, numa complexidade inclusive menor do que na Câmara dos Deputados. É preciso lembrar que a eleição para o Senado ocorrida em 2022 renovou apenas 1/3 das vagas da casa.

Em resumo, há alarde quando se afirma que houve um avanço bolsonarista no parlamento. Todavia, o ovo da serpente chocou e existirá uma

Ilegais, as emendas de relator (RP9) são operadas sem nenhuma transparência, pela falta de autoria

bancada de extrema-direita organizada no Congresso Nacional com forte influência de massas, fazendo oposição radical a qualquer avanço na pauta de costumes ou na tentativa de remontagem do Estado Social brasileiro, dizimado pelos governos Temer e Bolsonaro.

Centrão, Arthur Lira e a Presidência da Câmara

Enquanto o Senado parece caminhar para uma reeleição tranquila do Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), os olhos do meio político estão voltados para a sucessão de Arthur Lira na Câmara dos Deputados.

O atual presidente da Câmara se destacou por ter manejado o orçamento secreto junto ao relator do orçamento, além de ter encampado os interesses da extrema-direita e do neoliberalismo. Apesar de oriundo do centrão, Arthur Lira foi o grande operador do Governo após a vitória esmagadora na disputa com Baleia Rossi (MDB/SP), candidato do então phresidente da Câmara Rodrigo Maia e da maioria da esquerda na Câmara. Mesmo com a derrota de Bolsonaro, segue favorito para seguir presidente da casa.

O PT só conseguiu vitória nas disputas da Câmara dos Deputados quando fechou acordos prévios. Nas vezes que foi para a disputa saiu derrotado, inclusive já tendo a Presidência da República. Quem não lembra da vitória de Severino Cavalcanti? Ou então de Eduardo Cunha? Imagina-se que a última coisa que Lula quer é ser derrotado nessa disputa. Dessa forma,

não é de se espantar que ocorra algum acordo entre o governo eleito e o atual Presidente da Câmara pela sua recondução.

Guilherme Boulos, em sua mais recente entrevista ao programa Roda Viva, afirmou que o centro fisiológico se fortaleceu no último pleito eleitoral e será com ele que Lula terá que negociar. Esse grupo político formado na Constituinte de 88 é o maior interessado na manutenção do Orçamento Secreto. O pouco comprometimento ideológico com as pautas do

governo eleito, a sanha por espaço nos primeiros e segundos escalões do governo e a manutenção do orçamento secreto serão alguns dos principais obstáculos do novo governo Lula.

O PSOL tem uma enorme responsabilidade neste cenário. Ao partido com a bancada mais representativa da Câmara caberá ser a ala esquerda da sociedade no parlamento, dando sustentação ao governo Lula contra golpismos e arroubos autoritários, ajudar na governabilidade e na estabilidade,

denunciar o orçamento secreto e ser porta-voz das pessoas que estão na linha de frente da luta por direitos, impedindo retrocessos e somando forças para avanços estruturais. Pelas razões já expostas, o partido também deve ser oposição à reeleição de Arthur Lira. A extrema-direita segue fortemente organizada nas ruas, diferente da correlação de forças que existia na sociedade em 2003. Ou seja, o papel do PSOL vai ser bastante diferente do que foi há quase 20 anos. ■

Com orçamento secreto, priorização de pautas, tarefa que devia caber ao Executivo, está nas mãos do parlamento



Não é de se espantar que ocorra acordo entre o governo eleito e o atual Presidente da Câmara pela sua recondução

O 'REVOGAÇÃO' E A LUTA INSTITUCIONAL CONTRA O BOLSONARISMO

Josué Medeiros

é professor Adjunto do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ).

© Brastock/Shutterstock



A vitória de Lula abre um novo período da política brasileira. Após anos de retrocesso nos direitos e na democracia e de crescimento da extrema direita, as esquerdas no Brasil podem reposicionar suas pautas históricas e impulsionar novas dinâmicas sociais e políticas de modo a consolidar conquistas concretas na vida do nosso povo.

É preciso dizer que não teremos vida fácil nessa tarefa. A luta para derrotar o bolsonarismo em definitivo apenas começou. Será um caminho longo e árduo de enfrentamentos contra a extrema-direita e também contra setores da direita tradicional que tentarão capturar essa nova conjuntura para seus

próprios interesses. Será preciso muita inteligência e sensibilidade política das forças progressistas para construir unidade na diversidade, potencializando nossa capacidade de enfrentar a correlação de forças.

O PSOL tem demonstrado essas qualidades em diversas esferas da luta política. Socialmente, nossa militância vem se engajando cada vez mais nas lutas populares, especialmente nas redes de solidariedade em periferias das grandes cidades de norte a sul do Brasil. Isso se expressou na nova cara das nossas colunas militantes nos atos unificados pelo Fora Bolsonaro entre 2020 e 2022, muito mais popular, muito mais negra e feminina, muito mais representativa do que é o povo brasileiro.

Eleitoralmente, acertamos ao apostar na unidade em torno

Aparato institucional foi utilizado por Bolsonaro e seus aliados para atacar direitos de setores minoritários e vulneráveis

REVOGAÇÃO!

Medidas a serem revogadas apontam estratégia de desmonte da máquina pública por dentro das instituições

de Lula. Tratou-se de uma decisão coerente com a tática que o partido vem implementando desde 2015, quando começou o processo de golpe contra a democracia brasileira liderado por Aécio Neves, Eduardo Cunha e Michel Temer. Naquele momento, soubemos colocar de lado as divergências e críticas à política econômica de Dilma por entender que algo maior estava em jogo: a preservação da nossa democracia com a violação da soberania popular pelo impeachment. Na sequência, o PSOL cresceu política e eleitoralmente. Primeiro, com a candidatura de Guilherme Boulos à presidência em 2018; em seguida, nas eleições municipais de 2020, com a vitória de Edmilson Rodrigues em Belém e novamente com Boulos na disputa pela prefeitura de São Paulo, quando quase vencemos na principal metrópole da América

Latina com uma campanha que empolgou o país inteiro. O apoio a Lula em 2022 consolida esse processo, que se irradia pelo país todo com o crescimento da nossa bancada de deputados federais e estaduais. E coloca para nós o desafio de encarar a complexidade das instituições brasileiras, algo que vem acontecendo localmente na capital paraense e que precisa ser nacionalizado. A pesquisa do Revogaço foi uma primeira contribuição do nosso partido nessa dimensão institucional nacional.



O que é a pesquisa do Revogaço

A pesquisa do Revogaço foi um esforço de pesquisa militante que fizemos no âmbito da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco (FLCMF) e com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo para produzir um conhecimento cientificamente embasado e politicamente engajado sobre o bolsonarismo e as instituições brasileiras. A noção de pesquisa militante é estruturante da atual gestão da FLCMF, pois implica em fortalecer nosso partido nos debates públicos com solidez técnica sem

abrir mão de fornecer ferramentas de luta para nossa militância e os movimentos sociais com quem temos relações.

Por isso, o timing político é tão fundamental quanto a temporalidade da pesquisa científica.

Iniciamos as preparações para o Revogaço em março/abril de 2022, já com o impulso de esperança que uma possível vitória de Lula trazia. Entendemos, naquele momento, que o PSOL estaria diante de um novo tipo de tarefa em sua história, qual seja, o enfrentamento institucional em âmbito nacional. Era preciso não só derrotar o bolsonarismo nas urnas e nas ruas, mas também entender os sentidos mais profundos do governo Bolsonaro para também derrotar o fascismo nas instituições brasileiras.

© José Cruz/Agência Brasil



Além disso, precisávamos de muita coesão política na equipe, pois, como ocorre em qualquer pesquisa - e mais ainda em uma pesquisa militante -, não sabíamos qual seria o resultado da nossa investigação. Assim, montamos uma equipe, com capacidade técnica e de pesquisa e compromisso militante, composta por 35 pessoas: 3 coordenadores, 5 pesquisadores, 19 especialistas e mais 7 pessoas da equipe permanente da FLCMF.

Metodologicamente, a pesquisa foi dividida em quatro etapas, que ocorreram em paralelo. Primeiro, uma equipe de cinco bolsistas (dois graduados, dois mestres e uma doutoranda) tabulou quase 20 mil documentos infralegais (decretos, portarias, instruções normativas, resoluções) editados no governo Bolsonaro. No caso dos decretos, instruções normativas e resoluções, analisamos 100% da documen-

tação, em um total de 2382 atos da presidência. Já as portarias, que somam 16307 documentos, a pesquisa foi por amostragem, uma vez que 99% delas versam sobre nomeação e exoneração de cargos de confiança.

A segunda etapa foi a produção de 20 relatórios temáticos por um conjunto de 19 especialistas nas seguintes áreas: Meio ambiente; Economia; Participação; Transparência e Combate à Corrupção; Energia; Direitos Indígenas; Saúde; Educação; Políticas Culturais; Segurança Pública; Política Urbana; Política Agrária; Relações Internacionais; Negritude; Mulheres; LGBTI+; Criança e Adolescência; Assistência Social; Comunicação; Forças Armadas. As/os especialistas são ativistas dos movimentos sociais e/ou exercem funções técnicas no parlamento ou no terceiro setor em suas respectivas áreas.

Direitos da população indígena foram alguns dos mais atacados durante o Governo Bolsonaro, com proteção a garimpeiros

Terceiro, dois bolsistas (um mestre e uma doutoranda) levantaram na Folha de São Paulo todas as notícias de ações do governo Bolsonaro por meio de legislação infralegal. Por fim, no âmbito da coordenação do projeto, analisamos e confrontamos esse material com as Emendas Constitucionais, Projetos de Lei e Medidas Provisórias do governo Bolsonaro.

Nosso objetivo com essa metodologia foi cruzar os dados da pesquisa quantitativa (a tabulação dos documentos) com a pesquisa qualitativa (os relatórios temáticos) e com a pesquisa em fontes secundárias (o jornal Folha de São Paulo) a fim de permitir tanto um controle mais fino dos atos do governo (e que estão detalhados nos relatórios temáticos) quanto uma visão global, a qual chamamos de Método Bolsonaro de Destruição.

O Método Bolsonaro de Destruição

O governo Bolsonaro ficará marcado como um período de destruição política, social e cultural sem precedentes na história do país, não só pela quantidade e pela qualidade das medidas que revertem direitos, mas porque tal destruição ocorreu durante a vigência de um regime democrático. Bolsonaro utilizou as instituições, os procedimentos e os mecanismos legais para organizar e sustentar a destruição.

Chamamos essa atuação unitária e resoluta de Método Bolsonaro de Destruição,

para demonstrar a coerência dos procedimentos adotados pelo governo e o alcance de suas medidas, que afetam todo o povo brasileiro. Esse método foi organizado e operado por uma burocracia que mobilizou uma parcela da elite do funcionalismo político profundamente elitista e antipopular (os assessores do Ministro da Economia, Paulo Guedes, são o melhor exemplo) e que foi completada por uma ocupação em massa da máquina pública por militares, cuja adesão ideológica e material ao projeto bolsonarista é evidente.

Esse método abrange quatro dimensões complementares: o Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária; o Método Bolsonaro de Destruição do Público; o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica; e o Método Bolsonaro de Destruição Institucional.

O Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária consiste em uma profunda e constante operação de corte orçamentário para asfixiar materialmente as estruturas do Estado, cuja função é garantir e promover os direitos; o Método Bolsonaro de Destruição do Público vem a ser um abrangente e radical

projeto de privatizações, desestatizações e distribuição de “vouchers” que visam inviabilizar os sentidos públicos e universais do Estado; o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica se caracteriza por um sistemático e poderoso movimento de ataques ideológicos aos setores que são sujeitos de direitos e pela legitimação da violência e do autoritarismo; e, por fim, mas não menos importante, o Método Bolsonaro de Destruição Institucional é constituído por um consistente e metódico processo de desarticulação das políticas públicas estatais em todos os níveis (Fe-

deral, Estadual e municipal) e em todas as áreas em que atua o Estado brasileiro.

Como continuar o Revogaço

Em 01 de janeiro terá início o novo governo Lula e o PSOL tem um compromisso com sua base social de sustentar esse governo e puxá-lo para a esquerda. Sabemos que um fracasso de Lula na presidência significará um retorno do fascismo ainda mais forte. Não podemos vacilar nesse momento histórico!

Seguiremos monitorando o impacto do bolsonarismo em nossas instituições sempre a partir de uma perspectiva metodológica da pesquisa militante. Há, por um lado, a investigação sobre o que de fato o governo Lula vai revogar. Por outro, precisamos entender melhor como reverter os estragos feitos em tantas dimensões pelo Método Bolsonaro de Destruição.

E, atravessando tudo isso, é preciso entender as dimensões locais do bolsonarismo, especialmente em São Paulo, uma vez que em 2024 enfrentaremos a batalha para eleger Guilherme Boulos prefeito, dando consequência à sua histórica votação para deputado federal, com mais de um milhão de votos. ■



© Leandro Paiva

Natália Szermeta, presidenta da FLCMF, e Gleisi Hoffmann na entrega do “Revogaço” para utilização do documento pelas equipes do Governo de Transição

GUILHERME BOULOS

“O PAPEL DO PSOL É LEVAR A AGENDA DO GOVERNO À ESQUERDA”

Yuri Silva é jornalista e ativista antirracista no Coletivo de Entidades Negras (CEN), mestrando de Gestão e Políticas Públicas pela FGV, coordenador de Direitos Humanos do IREE e editor-chefe da Revista Socialismo e Liberdade

Deputado federal eleito com a maior votação da história da esquerda brasileira, Guilherme Castro Boulos, 40, ou simplesmente Boulos, saiu das eleições de 2022 consagrado como a maior liderança pública do PSOL. Os 1.001.472 votos que ele recebeu nas urnas paulistas fizeram mais do que levar o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ao Congresso Nacional: consagraram a força popular de uma liderança em ascensão, que desponta como o principal herdeiro do espólio político do campo progressista no pós-lulismo, e criaram expectativas para sua atuação enquanto parlamentar e para as eleições subsequentes, de 2024, quando Boulos disputará

mais uma vez, desta vez como um dos favoritos, a Prefeitura de São Paulo – a maior cidade da América Latina. Rejeitando o favoritismo, o líder sem-teto e psolista aponta, nesta entrevista para o editor-chefe da Revista Socialismo e Liberdade, Yuri Silva, as pautas que levará como prioridade para o Congresso Nacional nos próximos quatro anos, uma análise profunda sobre a extrema-direita mundial e os desafios de renovação da esquerda e os rumos do Governo Lula

▪ **Yuri Silva:** *Qual a análise que você faz da eleição? Nós nos livramos do fantasma do fascismo, o bolsonarismo se consolidou como uma força política ou nem uma coisa nem outra?*

© Leandro Paiva



▪ **Guilherme Boulos** A eleição foi uma grande vitória popular. Nós derrotamos Bolsonaro, que foi o pior presidente da nossa história, que organizou um movimento de extrema-direita no Brasil, com base social e que queria levar o país, se reeleito, para um caminho sem volta. Agora, derrotar o Bolsonaro foi apenas a primeira batalha. A segunda batalha vai ser o enfrentamento ao bolsonarismo, que vai continuar sendo necessário mesmo com o Lula no Governo. Eles vão ser a principal oposição ao Lula, uma oposição raivosa, mobilizada, peso nas ruas e nas redes. E nós vamos ter que ter muita força, organização e mobilização para derrotá-los.

▪ **YS** *Ao que você atribui a expressão de votos que você teve, mesmo com todas as dificuldades que os movimentos sociais viveram nos últimos anos nesse governo? As pessoas estão sinalizando um desejo de uma Política diferente?*

▪ **GB** Eu acredito que a nossa votação, sendo o deputado mais votado de São Paulo, deputado mais votado da história da esquerda brasileira, ela aponta para um desejo de enfrentamento ao bolsonarismo em São Paulo. Lembrando que o deputado mais votado há quatro anos foi o ‘Bananinha’ [Eduardo Bolsonaro]. E aponta também uma perspectiva de renovação, de construção de um caminho de esquerda, ligado ao trabalho de base, aos movimentos sociais, que é de

Guilherme Boulos durante atividade de rua da campanha dele para Deputado Federal por São Paulo, em 2022

onde eu venho e onde eu continuarei atuando, e com base no que vamos travar uma batalha no Congresso Nacional no ano que vem, com a perspectiva de a gente avançar em novas conquistas no Congresso e da maior cidade da América Latina, que é São Paulo.

▪ **YS** *Como é que deve ser seu mandato na Câmara? Quais linhas serão prioridades?*

▪ **GB** Nosso mandato vai ter três eixos prioritários. O primeiro é desenvolver e formular políti-

cas de combate à fome. E nós já temos, a partir das Cozinhas Solidárias, desenvolvidas pelo MTST, um caminho, um exemplo que queremos que se torne política pública. Nossa ideia é apresentar um projeto para que as Cozinhas Solidárias se tornem políticas ligadas à agricultura familiar, à agroecologia, a projetos de distribuição de alimentos nos bairros, a hortas comunitárias nas periferias, enfim, nós vamos transformar isso em lei e política de Estado no Brasil. O segundo é uma pauta que levo há 20 anos no MTST, que é a moradia. O Governo Lula já sinalizou a retomada dos investimentos em moradia e a gente quer que isso aconteça também a partir de novos moldes, com direito à cidade, com desapropriação de imó-

veis no Centro, com a retomada de mutirões, com uma política nacional de atendimento à população em situação de rua. Então também vamos travar essa batalha no Congresso e aprovar leis nesse sentido. E uma terceira é um combate geral às desigualdades. Nós vamos estar na linha de frente. Nosso mandato vai expressar isso. A defesa de uma reforma tributária progressiva, com a taxação de grandes fortunas e lucros e dividendos, de políticas de retomada do investimento público para distribuição de renda no Brasil, de aumento e valorização real do salário-mínimo, ou seja, medidas que reduzam as desigualdades no país.

▪ **YS** *Você teme sofrer resistências num Congresso conservador como o brasileiro, por causa da sua expressão como líder do MTST?*

▪ **GB** Certamente nossa atuação vai sofrer resistência e nós nunca pensamos que seria diferente. Nós estamos levando o movimento social para um espaço acostumado a ser um espaço de lobbys empresariais, de lobbys financeiros, e nós vamos travar essa batalha com muita competitividade, enfrentando as bancadas do atraso, as bancadas dos bancos, das grandes empreiteiras, dos interesses financeiros, e enfrentando sobretudo o bolsonarismo que ainda estará presente no Congresso. Será uma boa luta.

Boulos afirma que combate às desigualdades, pauta da moradia e Cozinhas Solidárias serão prioridade em seu mandato

▪ **YS** *Muito tem se debatido sobre ocupar o governo Lula ou não, dentro do PSOL. Mas a grande questão é: qual o papel do PSOL histórico, considerando que estamos diante de um novo governo Lula e da ameaça permanente da extrema-direita?*

▪ **GB** O PSOL teve um grande acerto esse ano, uma encruzilhada histórica, que era apoiar o Lula contra o bolsonarismo e Bolsonaro na campanha ou lançar uma candidatura própria. E o PSOL soube se posicionar, fez parte da frente ampla, ajudou a eleger o Lula e isso foi um acerto histórico do nosso partido. O PSOL tem caminhado cada vez mais -- as últimas eleições mostram isso, a presença nos movimentos de juventude mostra isso -- para ser um partido capilarizado, com trabalho de base, com uma base mais popular e periférica. Isso é muito importante. O PSOL é um partido que representa a renovação da esquerda brasileira. Para cumprir essa tarefa histórica, o PSOL precisa, ao mesmo tempo que mantém suas bandeiras, seus princípios e uma defesa intransigente das pautas populares, ser um partido que também saiba ampliar, que saiba ter unidade, que tenha capacidade de diálogo, inclusive para enfrentar o crescimento da extrema-direita no Brasil.

▪ **YS** *Você acredita que o Governo Lula terá espaço para as pautas mais caras para a esquerda brasileira ou vai ter dificuldades diante da ampla Coalizão que foi feita para vencer a eleição?*

▪ **GB** Eu acredito que o governo vai ser um espaço de disputa. Do mesmo jeito que ele se eleger com uma frente ampla, ele se compõe com uma coalizão ampla. Terão setores liberais pressionando o governo, terão setores do agronegócio pressionando o governo, do centrão pressionando o governo, e nosso papel é justamente puxar essa corda para a esquerda. O papel do PSOL nesse momento é justamente levar a agenda política do país e do governo mais à esquerda. Nós vamos fazer isso no parlamento, nas ruas, em todos os espaços políticos em que a gente possa estar presente. Se só um lado atua, a correlação de forças desequilibrar. Nós vamos atuar para levar as pautas populares para o centro e levar a agenda do país à esquerda.

O PSOL soube se posicionar, fez parte da frente ampla, ajudou eleger Lula e teve um acerto histórico

▪ **YS** *Você entra nas próximas eleições como favorito a vencer e governar a maior cidade da América Latina, que é São Paulo. Isso lhe causa ansiedade? Qual a tarefa prioritária que está colocada para você, Guilherme Boulos, daqui até 2024?*

▪ **GB** Não existe favoritismo antes da hora. Nós estamos a um ano e meio das eleições de

2024. Nós não escondemos de ninguém nosso desejo de conseguir ganhar a Prefeitura da maior cidade da América Latina. Mas não de ganhar por ganhar, mas ganhar para enfrentar a desigualdade brutal que tem em São Paulo, para poder ter uma política decente de moradia, de segurança alimentar, uma política para as periferias, invertendo prioridades na cidade. Eu acredito que nós vamos construir uma frente progressista plural e potente para ganhar essas eleições em 2024. Mas antes de 2024 tem 2023 e nós precisamos vencer o desafio de derrotar o bolsonarismo, de reconstruir o Brasil, de fazer o Governo Lula dar certo e atender os anseios populares, para chegar em 2024 com muita força, não só para ganhar São Paulo, mas outras grandes capitais do país.

▪ **YS** *Você acredita que as forças conservadoras vão se unir para disputar contigo ou vão divididas para as urnas? Muitas dessas forças fazem parte do Governo Lula também. Isso é um problema?*

▪ **GB** Não está claro ainda qual vai ser o xadrez eleitoral de 2024 em São Paulo. Mas acredito que vamos conseguir unir o campo progressista de um lado. E o outro campo terá o Ricardo Nunes, atual prefeito, tentando a sua reeleição junto com o centrão paulistano, que manda na Câmara há muito tempo, representado pelo Milton Leite. E o bolsonarismo provavelmente terá uma candidatura na capital. Esses serão os nossos adversários.

© Comunicação do MTST SP



No Brasil, nem a Ditadura Militar, por 21 anos, conseguiu construir um movimento ideológico de extrema-direita na sociedade como o bolsonarismo

▪ **YS** *O fascismo está crescendo no mundo e essa edição da Socialismo e Liberdade traz algumas análises sobre isso. Como você enxerga esse cenário mundial diante do avanço da extrema-direita em vários países?*

▪ **GB** A extrema-direita teve um ciclo mundial. Ganhou nos EUA com Trump, já tinha ganho antes o Brexit no Reino Unido, ganhou em alguns países europeus, chegou a ganhar na América Latina para além do Bolsonaro. A questão é que, de um lado, esse ciclo conseguiu organizar um momento de extrema-direita social, com base popular, e isso é preocupante. Aqui no Brasil, por exemplo, nem a Ditadura Militar, por 21 anos, conseguiu construir um movimento ideológico de extrema-direita na sociedade. E isso nós vamos precisar combater por um longo tempo, para poder isolá-los, para poder tirar parte da adesão popular que eles ainda têm, para poder travar a batalha cultural. Mas, por outro lado, esse ciclo também começou a demonstrar os seus limites. A extrema-direita, quando começou a ascender com Trump e ganhou no Brasil com Bolsonaro, vislumbrava um ciclo de longo prazo. Mas o Trump não se reelegeu, o Bolsonaro não se reelegeu, eles tiveram derrotas em outros países, ou seja, a extrema-direita também mostrou que a resistência que ela gera no campo democrático das sociedades é uma resistência forte e potente, como foi aqui no Brasil. Agora, os dados estão lançados e a batalha vai seguir. Cada vez mais vai ter um es-

vaziamento do centro político, e isso já acontece no Brasil e se expressou nas últimas eleições, e um debate polarizado entre o campo da esquerda e a extrema-direita disputando os rumos da sociedade.

▪ **YS** *O que justifica esse crescimento do fascismo? O capitalismo não tem sido mais capaz de dar respostas para as pessoas ou há uma crise da esquerda no mundo também?*

▪ **GB** Esse crescimento da extrema-direita eu acredito que é a combinação de três fatores. De um lado, a incapacidade do capitalismo liberal de atender aos anseios mais elementares de sobrevivência da maioria do povo. O capitalismo tem produzido sistematicamente miséria, desamparo, crise econômica, desemprego, perda das condições regulares e estáveis de trabalho, com precarização e insegurança na vida das pessoas, e a extrema-direita soube em vários países traduzir isso com discurso nacionalista, anti-globalismo, e a partir disso mobilizar parte dos trabalhadores desiludidos. O segundo fator é uma crise política de representação, porque as democracias liberais também mostram, a cada dia, o seu limite. O sentimento de antipolítica, de rejeição à política, de descrença com as saídas políticas, é forte no mundo todo. Aqui no Brasil teve o componente específico da Lava Jato ainda. E isso deu à extrema-direita o discurso de salvadores da pátria, dos que viriam representar o povo contra os políticos. E um terceiro fator é um debate de conservadorismo moral que a extrema-

-direita incorporou, diante do crescimento de pautas fundamentais, como o antirracismo, como a pauta feminista, como a pauta LGBT, então se juntou um certo ressentimento social do homem branco, tradicional de classe média contra esses avanços. E a extrema-direita canalizou isso num discurso político e cultural. É evidente que a extrema-direita ter sido capaz de mobilizar para si parte da insatisfação econômica dos mais pobres e parte da insatisfação política com o sistema também revela um problema com a esquerda, que não disputou esse sentimento, que não foi capaz de disputar esse sentimento adequadamente. Em parte, porque, em muitas partes do mundo, em muitos lugares do mundo, essa esquerda mais excessivamente moderada, social-democrata – e aí peguem o caso da Europa – praticamente se confundiu com o sistema, adotou uma agenda neoliberal muitas vezes, se envolveu com

o sistema político tradicional, de privilégios. Então isso coloca para nós, além do desafio de combater com unidade e de forma intransigente a extrema-direita, o desafio de renovação da esquerda, de construção de uma esquerda intransigente na defesa das pautas populares e dos direitos sociais, que volte a ser vista na sociedade como a defensora dos trabalhadores – que foi parte também do debate que permitiu o Lula ganhar a eleição esse ano. De uma esquerda que também tem um projeto ousado de reforma política, de mudanças no sistema político, de combate a privilégios e à elitização do sistema político, de aumento da participação democrática em maior intensidade, avançando para caminhos de democracia participativa, enfim, de uma esquerda renovada e conectada com as pautas essenciais da sociedade do século XXI. Nosso desafio é ajudar a gestar essa esquerda. ■

Líder do MTST e deputado mais votado da história da esquerda discursa para militância em atividade de rua

© Leandro Paiva



O BRASIL DEVERIA PASSAR POR UMA GRANDE OCUPAÇÃO DE TERRA!

Ana Paula Perles

Coordenadora Nacional do MTST e das Cozinhas Solidárias

Ediane Maria, coordenadora do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e deputada estadual eleita nas eleições de 2022 disse uma frase durante sua campanha que é um diagnóstico correto: “O Brasil deveria passar por uma grande ocupação de terra”. Essa frase foi repetida muitas vezes diante de tanto preconceito, desumanização e polarização agressiva que o governo e a campanha de Bolsonaro alimentaram. Uma ocupação de terra faz qualquer pessoa conhecer o Brasil de verdade, das maiorias, dos que não têm oportunidades de viver com dignidade e sonhar e lá encontram a solidariedade, a empatia e podem começar a enxergar perspectiva no futuro.

E por disputarem um projeto de futuro, os movimentos populares foram os primeiros a sair às

ruas contra o golpe da presidenta Dilma Rousseff, contra todas as reformas perversas de Michel Temer, estiveram ao lado do presidente Lula contra sua prisão e na linha de frente virando voto para elegê-lo nestas eleições.

As eleições de 2022 foram marcadas, desde antes do seu início, pela polarização entre Lula e Bolsonaro; não houve espaço para o crescimento de uma tal “terceira via”. E por mais que se critique essa divisão, essa forma de fazer política não é nova, como coloca Boulos: “A polarização política existe há 500 anos. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, tem uma elite econômica que pensa com a cabeça da Casa Grande, que acha que o Bolsa Família é coisa de comunista”. É isso que temos pra hoje. Lula eleito e um Bolsonaro ainda muito forte.

Isso embora Bolsonaro tenha rompido com todas as formas de diálogo e participação da sociedade em seu governo. Fez uma política de morte, fome, devastação, ignorância, desemprego, a política da farsa. Mas, ainda assim, teve 49% dos votos. Do ponto de vista dos movimentos, o governo Bolsonaro foi um retrocesso sem igual. Acabou com todos os conselhos participativos e nunca sentou com as organizações populares para escutar suas demandas. Pelo contrário, combateu os movimentos sociais como inimigos.

Sua campanha sem propostas e baseada em fake news foi no mesmo sentido, estimulou sua militância a cometer todo tipo de prática intolerante, inclusive chegando a matar pessoas. Soma-se a isso ainda os bilhões entregues ao Congresso para o orçamento secreto e a utilização imprópria do Auxílio Brasil para conseguir se reeleger. Não conseguiu, mas uma parcela significativa da população apostou em seu projeto.

Não podemos dizer que 100% de seus eleitores de segundo turno são bolsonaristas, mas é certo que a frente progressista não os convenceu, e por isso faz-se necessário compreender essa insatisfação.

Lula, por sua vez, saiu dessa eleição com pouco mais de 50% dos votos, com o compromisso de acabar com a fome, de retomar políticas sociais de combate à pobreza e ao desemprego, de retomar o programa de moradia e preservação ambiental. E ainda de restabelecer a participação popular e o diálogo com os movimentos sociais.

Os movimentos sociais foram para as ruas disputar cada voto para Lula, numa estratégia refletida e não adesista, pois Lula era o único candidato popular com fortes condições de vencer Bolsonaro e também porque houve diversos avanços para o povo em seus governos anteriores. É importante dizer que parte desses movimentos não são de partido algum e sobreviveram ao pós-golpe e a esses últimos 4 anos com muita resistência.

Muitos desses movimentos que fizeram campanha nas ruas compuseram o conselho da campanha de Lula e, se hoje estão na equipe de transição de Governo, não quer dizer que existe um cheque em branco para que o futuro governo faça o que bem entender. Os movimentos sociais permanecem autônomos e mobilizados.

Agora é necessário que haja uma compreensão do momento histórico de nosso país, de unidade daqueles que querem reconstruir o Brasil, espoliado e saqueado até aqui por Bolsonaro e sua quadrilha.

É necessário e saudável para a democracia pressionar o Estado a partir da população organizada, porque do outro lado está o capital financeiro dando chique se não é contemplado e não dita como a economia e a política devem ser. Por isso, não quer dizer que haverá concordância com todas as atitudes do futuro governo. O que há é uma vontade mútua de reconstrução do país.

E percebendo isso, os movimentos organizados elegeram nessa eleição alguns de seus representantes, sem teto, sem

terra, indígenas, do movimento negro, do movimento LGBTQIA+, mulheres, entre outros grupos vulneráveis. Essa virada de chave tem a ver com a falta de representação dessas pautas nas bancadas e porque os movimentos têm projeto próprio e precisam colocá-los em prática como políticas públicas estruturais para o povo – que não se desmanchem com a alternância de governos e sejam suscetíveis a desmontes.

Por isso, o papel dos movimentos sociais nesse novo governo Lula será de dar início a uma política mais participativa, nos conselhos, como já foi anunciado, mas também podendo decidir o orçamento. A democracia não pode ser lembrada de quatro em quatro anos ou quando tem eleição, a cada dois anos. Por isso é fundamental que a democracia seja radicalizada, o que quer dizer que as pessoas precisam se sentir parte da política institucional e compreender que a política está no dia a dia e não só no voto. Mas pra isso precisa ser estimulada e ter mecanismos que aproximem o povo das decisões.

Contudo, esses próximos quatro anos não serão o suficiente para refundar o Brasil, tão massacrado pelo neoliberalismo de Paulos Guedes, pelo deslumbre dos filhos de Bolsonaro e pelo fundamentalismo de seus seguidores. Será necessário escutar o povo, retomar o trabalho de base e dialogar com a periferia. Não tem como fazer à distância ou pelas redes sociais, precisa estar no Brasil profundo, no Brasil ocupado pelo povo sem direitos. ■



O DESAFIO DE CULTIVAR A ESPERANÇA NA PERIFERIA DO BRASIL

Luiz Araújo

é Secretário Municipal de Controle, Integridade e Transparência de Belém do Pará. Foi presidente nacional do PSOL de 2013 a 2017. É presidente do Conselho Curador da FLCMF

Belém 2020. Depois de uma disputa acirrada contra um delegado bolsonarista, uma frente de esquerda, liderada por Edmilson Rodrigues, do PSOL e ex-prefeito por duas vezes, vence as eleições por apenas 26.628 votos.

Belém 2022. Depois de uma disputa acirrada contra a máquina do estado e o fundamentalismo, Lula vence Bolsonaro. Foi por um pouco mais de 2 milhões de votos e, em Belém, por apenas 4.807 votos.

Governo de Belém representa modo de governar do PSOL, ligado à participação popular e olhar sensível para população mais vulnerabilizada, como as riberinhas das margens do Rio Amazonas.

Belém possui cerca de um milhão e meio de habitantes, guarda belezas inigualáveis e uma população hospitaleira. Mas é uma cidade da periferia do Brasil. Para ilustrar apenas dois indicadores sociais, enquanto em Porto Alegre toda a população tem acesso a água potável, ainda temos 26,6% sem este direito. E o mais grave, na capital gaúcha apenas 8,5% não têm coleta de esgoto em suas casas, aqui temos 82,9% sem esse direito básico de saneamento e saúde.

Ser socialista e governar dentro do capitalismo é desafiador, porque, na estrutura de poder estatal, a menor fatia de poder está no município e, principalmente, porque os mecanismos de reprodução social, essencialmente excludentes, não têm no município instrumental para coibir de forma significativa sua dinâmica.

Governar uma cidade da periferia do capitalismo brasileiro é ainda mais desafiador. E governar uma cidade do Norte, região quase invisível para a maioria do país, inclusive para a esquerda, coloca um ingrediente de não só mudar a vida das pessoas, mas fazer o país (e a esquerda desse país) enxergar o que se faz na cidade.

Se não vamos mudar o capitalismo pela via institucional,

por que então ocupar tais espaços de poder? É uma pergunta que já ocupou muitas linhas e livros no seio da esquerda revolucionária, mas enumero duas respostas parciais: a) para, dentro dos limites municipais, mudar a vida das pessoas, especialmente os mais pobres e b) para, por meio do exercício democrático das estruturas, dentro dos limites dessa experiência, ensejando a percepção de que mudanças profundas somente virão com alteração radical da estrutura social vivenciada.

Dessas duas respostas se organiza o 'governar' de esquerda. Apesar do PSOL ter governado algumas cidades na sua curta existência, pouco conseguimos formular sobre essas experiências, para poder sistematizar um "modo psolista de governar". Assim, busco neste artigo apontar algumas características da experiência de Belém, parte sendo vivenciada no momento, outra parte fruto do acúmulo da experiência de governo, ainda no PT, de 1997 a 2004. Não vemos descontinuidade nas duas experiências, seja pelos atores e atrizes à frente do projeto, seja pela composição de forças políticas que compõem a gestão municipal. E, além das características, arrolo também limites antigos e novos.

A primeira característica é a inversão de prioridades. A lógica de apropriação do fundo público está, no capitalismo e nas gestões afinadas com sua dinâmica, direcionada a fortalecer as condições de reprodução do capital e facilitar a sua

atração vantajosa para o espaço urbano, mesmo que isso signifique a retirada dos pobres de áreas nobres ou de interesse imediato para a especulação imobiliária. Nas políticas públicas, mesmo que o alvo seja os mais pobres, há uma dinâmica de apropriação privada da prestação dos serviços.

Inverter prioridades é, em cada área sob gestão da prefeitura, trabalhar para incluir nos serviços públicos os mais pobres, criando espaços de lazer, de cultura e educacionais para as camadas excluídas. É levar a saúde para onde ela nunca chegou, no caso de Belém, para a população periférica e ribeirinha nas 39 ilhas que formam nossa cidade. É investir na drenagem dos canais sob os quais ainda vive parte da população da cidade, de forma que ela permaneça após as melhorias. É regularizar a propriedade da terra, permitindo que parte significativa da população tenha meios de obter crédito e progredir nos mecanismos de sua sobrevivência. Lançar o edital de licitação da frota de ônibus, extremamente sucateada, enfrentando o poderio dos empresários do setor também é escolher o lado do usuário, no caso os mais pobres.

A segunda característica é a participação popular. Não basta para um governo de esquerda cumprir o que nossa limitada legislação estabelece, seja no que diz respeito à transparência das contas governamentais ou ao funcionamento de conselhos de direitos. Todo o fundo público precisa ser debatido com toda a população, mesmo

Governar uma cidade da periferia do capitalismo brasileiro é desafiador, analisa Luiz Araújo

que ao fazê-lo fique escancarada a falta de recursos para reverter os indicadores sociais existentes, mesmo com a inversão de prioridades. Em Belém, instituímos um programa de participação cidadã chamado “Tá Selado”. São reuniões por local de moradia (nos 72 bairros da cidade e suas ilhas), por temática de interesse (mobilidade, cultura, educação, por exemplo), da juventude e, inclusive, este ano realizamos o 5º Congresso das Crianças, o Tá Seladinho, envolvendo nossas escolas municipais, ensejando reflexões sobre problemas sentidos pelas crianças, desejos de mundo melhor.

A terceira característica diz respeito a disputar corações e mentes, ter ações políticas que reforcem o caráter solidário de nossas ações, combatam o preconceito contra mulheres, negros e a população LGBTQIA+. Assim, toda a nossa proposta pedagógica é inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire, tão odiado pelas hordas bolsonaristas nos tempos atuais. Instituímos coordenadorias para fazer essa disputa na sociedade. Tem sido necessário fazer formação antirracista com a Guarda Municipal, para ficar num exemplo prático dessa difícil disputa.

Mas a esperança é o sal que ajuda a temperar a comida e o nosso povo tem fome de tudo. Como manter acesa a esperança numa cidade pobre, com poucos recursos e problemas que necessitam de aportes de recursos que a esfera municipal não tem como oferecer? Como manter o apoio popular rece-

bendo a cidade destruída, com quase todas as escolas, unidades de saúde e centros de assistência precisando de reformas ou reconstrução? Como pedir paciência para quem, passadas duas décadas da experiência anterior, continua vivendo literalmente na lama? Esse é o maior desafio.

Premida por este quadro, a atual gestão teve de manter relação cordial com o governo estadual do MDB, única forma de ter recursos para implementar o programa Bora Belém, que consiste numa renda mínima para famílias vulneráveis e que estavam, ao tomar posse em 1º de janeiro de 2021, excluídas dos programas federais. Hoje temos 16.412 famílias recebendo entre R\$200 e R\$500 mensais. Da mesma forma, foi essa parceria que viabilizou a limpeza dos 70 canais urbanos, evitando alagamentos em dois invernos amazônicos. E foi com essa relação institucional que conseguimos emitir 7400 títulos de propriedade, a maioria concedidos nas regiões periféricas da cidade. Governar é administrar as contradições, escolher inimigos a enfrentar em cada momento e selar acordos com adversários com inimigos comuns.

A vitória de Lula, de maneira mais específica para a cidade de Belém, representa uma

Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém: a cidade possui cerca de um 1,5 milhão de habitantes, guarda belezas inigualáveis e uma população hospitaleira

janela de oportunidades. Sem capacidade própria significativa de investimentos para fazer frente aos problemas urbanos, a Prefeitura possui três caminhos: convênios com o governo estadual, empréstimos bancários no limite de sua capacidade de endividamento e programas federais.

Nos dois primeiros anos, contamos apenas com a primeira alternativa, mas limitada na sua amplitude pela necessidade de manter nossa autonomia como partido de esquerda (fomos o único partido do campo a lançar candidatura própria para o governo estadual). E tentamos, de maneira persistente, captar recursos via empréstimos da Caixa e do Banco do Brasil, mas sendo a única prefeitura de esquerda numa capital, os canais institucionais foram rigorosos e meticolosos, adiando sempre a liberação a cada pequeno problema burocrático.

A expectativa é de que, em termos de ajuda direta à gestão municipal, o novo governo Lula ajude na implementação de obras urbanas de saneamento básico, macrodrenagem de canais e construção de moradias populares. E repondo os recursos suprimidos nas áreas sociais, nos permita ter melhores condições para prestar um serviço de qualidade e de maior cobertura na cidade.

Poderia citar aqui as 80 escolas e dezenas de unidades reformadas. Quem sabe, contribuir com o esforço para recompor os salários do funcionalismo, cujos salários são para lá de aviltantes. Ou os investimentos na área da cultura, como foi a realização da Bienal das Artes. Nem poderia esquecer do programa Donas de Si, que capacita mulheres beneficiárias da renda mínima e após o treinamento oferece crédito a juros simbólicos para que possam empreender. E seria injusto

não citar o aplicativo Guardiões da Escola, desenvolvido para identificar todos os dias casos suspeitos de Covid nas escolas e alertar a secretaria de saúde, e que agora está sendo usado para monitorar casos de maus tratos e abusos. Mas, somado tudo o que já fizemos, nosso povo ainda está muito longe de ter uma vida digna ou alcançar o padrão de serviços urbanos de outras cidades. Tem gente morando na lama, tendo suas casas alagadas, tem gente indo ao trabalho em ônibus sucateados, tem criança fora da escola, tem bairros com coleta de lixo irregular e nosso sistema de saúde não dá conta do básico.

Governar, como falei no início, é cultivar esperança. E, como nos ensinou Saramago, a esperança é como o sal, não alimenta, mas dá sabor ao pão. Mantém nosso povo em pé, seguindo adiante, sonhando com dias melhores e enfrentando as hordas fascistas que nos cercam. ■



© Márcio Ferreira/Agência Belém

BIBLIOTECA

Carolina Maria de Jesus

Um lugar onde as escritoras,
escritores e editoras
periféricas são **maioria**



Venha conhecer e prestigiar

Sede da FLCMF: R. Silvio Sacramento, 146
Pinheiros, São Paulo - SP

